

Anuários Estatísticos Regionais
2018

Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal

O INE publica os Anuários Estatísticos Regionais, disponibilizando um conjunto vasto de informação estatística à escala regional e municipal. Dos temas alvo de análise neste destaque salienta-se:

- **Na População**, a assimetria do envelhecimento da população entre áreas rurais e urbanas no país – 299,6 idosos por 100 jovens *vs.* 140,0 – e que atingia o maior diferencial na sub-região da Beira-Baixa – 702,8 *vs.* 132,8.
- **Nas Empresas e Estabelecimentos**, a proporção de nascimentos de empresas em setores de alta e média tecnologia era superior ao valor do país (2,08%) nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, na Região de Aveiro e no Alentejo Central.
- **Na Ciência e Tecnologia**, a importância da despesa em I&D no PIB ultrapassava os 2% apenas em três das 25 sub-regiões NUTS III do país: Região de Aveiro, Região de Coimbra e Área Metropolitana do Porto.
- **Na Administração regional e local**, nos municípios de Lisboa, Lagoa e Albufeira a receita própria representou 90% ou mais da receita total das operações não financeiras.

Apresenta-se em seguida uma breve análise de alguma da informação disponibilizada nos seguintes subcapítulos: População, Empresas e Estabelecimentos, Ciência e Tecnologia e Administração Regional e Local.

POPULAÇÃO

A população residente em Portugal, em 31 de dezembro de 2018, foi estimada em 10 276 617 habitantes, o que representa uma diminuição de -0,14% relativamente ao valor estimado para o ano anterior. Este resultado revelou um abrandamento da diminuição da população face à ocorrida nos sete anos anteriores, mas manteve a tendência negativa que se regista em Portugal desde 2010.

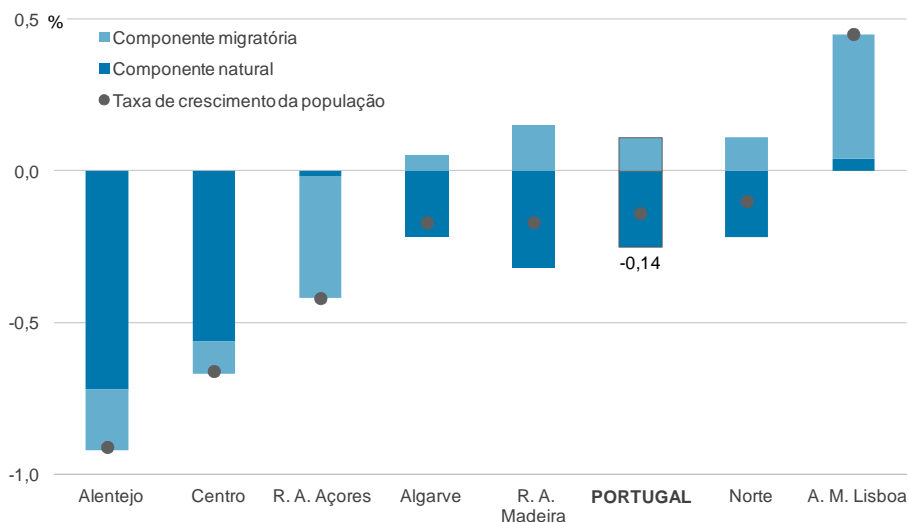
Entre 2017 e 2018, a Área Metropolitana de Lisboa foi a única região NUTS II onde a população aumentou (0,45%). Por outro lado, o Alentejo (-0,91%), o Centro (-0,66%) e a Região Autónoma dos Açores (-0,42%) foram as regiões com maiores decréscimos populacionais.

A diminuição da população residente em Portugal, em 2018, decorreu de uma variação negativa na componente natural (-0,25%) – que assim manteve a tendência negativa evidenciada desde 2009 –, atenuada pelo crescimento na componente migratória (0,11%) – reforçando o aumento verificado no ano anterior.

A importância da componente natural para a variação negativa da população foi particularmente relevante nas regiões Alentejo (-0,72%) e Centro (-0,56%), por comparação com a Região Autónoma dos Açores que apresentou a redução da componente migratória mais elevada do país (-0,40%). Na Área Metropolitana de Lisboa, única NUTS II que registou um aumento populacional, os ganhos resultaram da componente natural (0,04%) e migratória (0,41%).

As áreas metropolitanas foram as únicas NUTS III que apresentaram taxas de crescimento positivas em 2018: 0,45% na Área Metropolitana de Lisboa e 0,16% na Área Metropolitana do Porto. A sub-região do Cávado (-0,02%) destacou-se também por apresentar uma variação negativa menos intensa do que as restantes NUTS III.

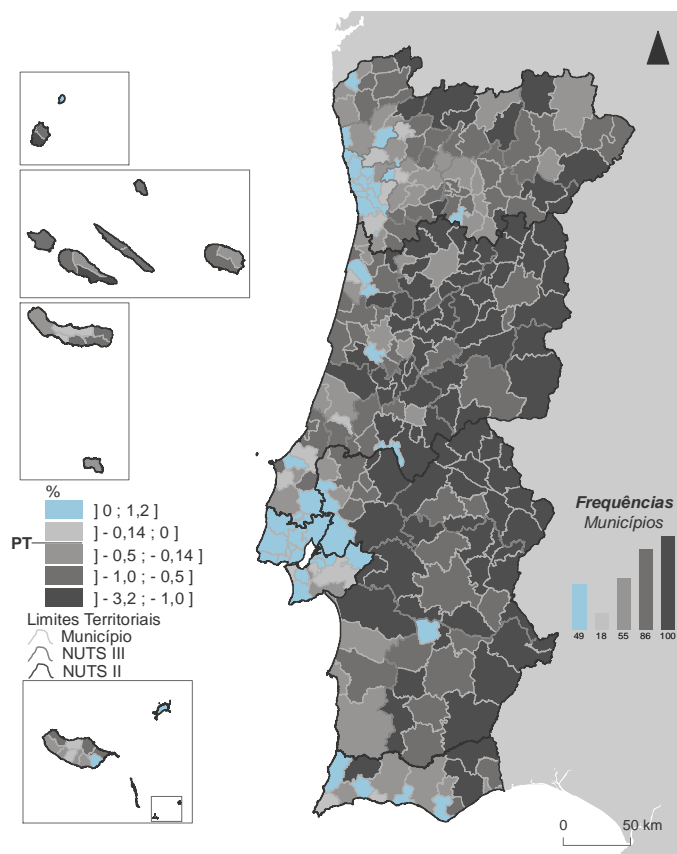
Figura 1: Taxa de crescimento efetivo da população residente e suas componentes, Portugal e NUTS II, 2017/2018



Fonte: INE, I.P., Estimativas Provisórias Anuais da População Residente.

A Figura 2 apresenta a taxa de crescimento efetivo da população residente em 2018 por município e revela que 241 dos 308 municípios registaram decréscimos populacionais inferiores ao verificado no país (-0,14%). Por outro lado, apenas 48 municípios registaram taxas positivas de crescimento, maioritariamente concentrados na Área Metropolitana de Lisboa (13 em 18 municípios), na Área Metropolitana do Porto (9 em 17) e no Algarve (4 em 16 municípios). Para além deste conjunto de municípios, verificaram-se aumentos populacionais em Vizela, Braga, Esposende, Tarouca, Vila Nova de Cerveira e Paços de Ferreira, na região Norte; em Arruda dos Vinhos, Entroncamento, Sobral de Monte Agraço, Oliveira do Bairro, Aveiro, Vila Nova da Barquinha, Alenquer, Constância, Óbidos e Condeixa-a-Nova, na região Centro; nos municípios de Benavente, Azambuja e Alvito, no Alentejo; no município do Corvo, na Região Autónoma dos Açores, e nos municípios de Santa Cruz e Porto Santo, da Região Autónoma da Madeira.

Figura 2: Taxa de crescimento efetivo da população residente, Portugal e município, 2017/2018



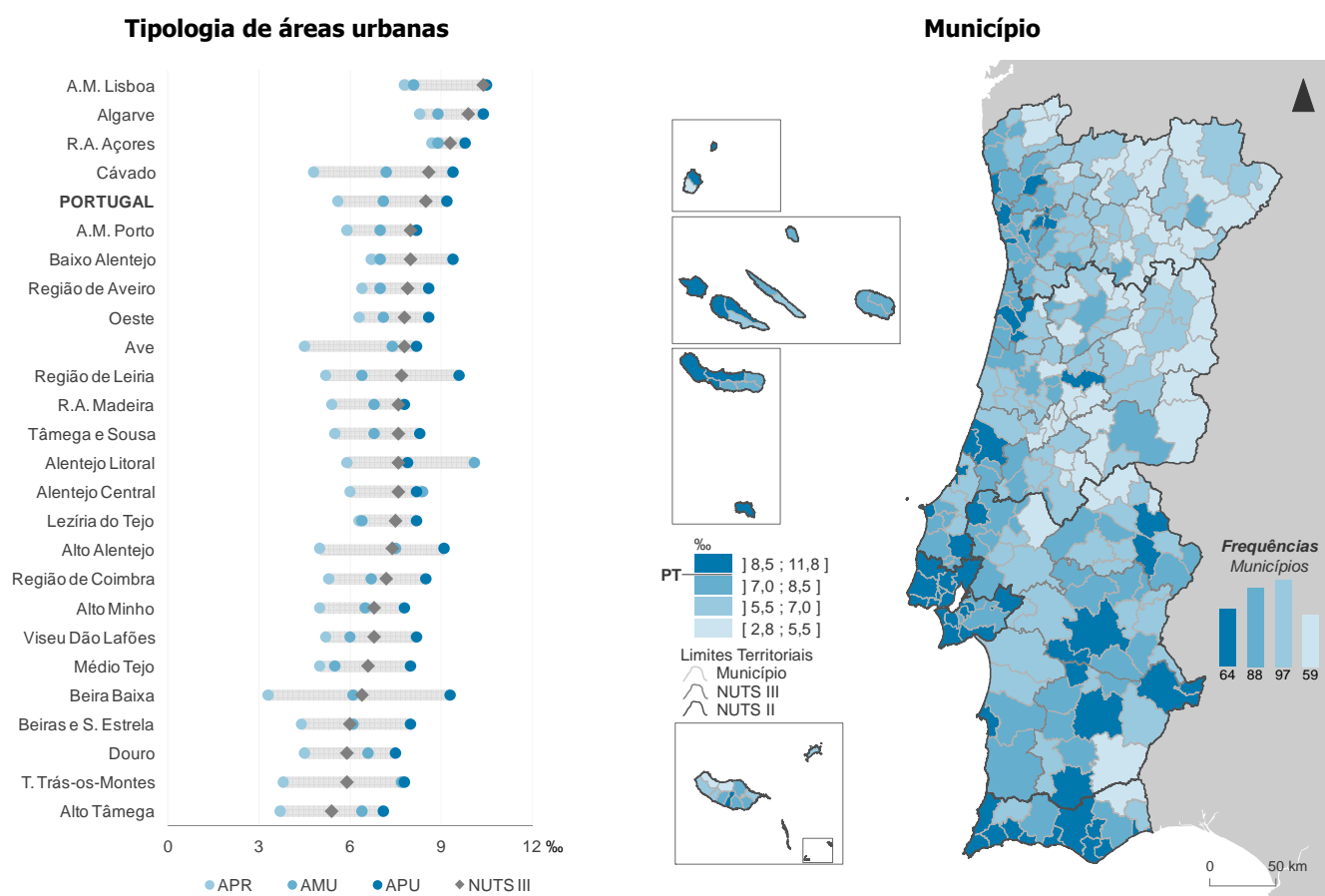
Fonte: INE, I.P., Estimativas Provisórias Anuais da População Residente.

Em 2018, o município de Alcochete (Área Metropolitana de Lisboa) apresentou o maior crescimento relativo (1,13%) da população residente.

A diferenciação da taxa de natalidade em 2018 segundo a Tipologia de áreas urbanas para fins estatísticos (TIPAU) revela que, em Portugal (8,5‰), a natalidade foi mais elevada nas áreas predominantemente urbanas (APU, 9,2‰), por comparação com as áreas mediamente urbanas (AMU, 7,1‰) e as áreas predominantemente rurais (APR, 5,6‰). Esta diferenciação ocorreu na grande maioria das regiões NUTS III. As únicas exceções foram o Alentejo Litoral e o Alentejo Central, sub-regiões onde a natalidade foi maior nas áreas mediamente urbanas (10,1‰ e 8,4‰, respetivamente).

A taxa de natalidade em 2018 ao nível local, revela um conjunto de 64 municípios com valores acima da média nacional, particularmente concentrados na Área Metropolitana de Lisboa (15 em 18 municípios), no Algarve (11 em 16 municípios) e na Região Autónoma dos Açores (9 em 19 municípios). As restantes regiões apresentavam também municípios dispersos com taxas de natalidade superiores à do país, destacando-se na região Norte, o município de Vizela (10,0‰); na região Centro, o município da Nazaré (9,5‰); e na região Alentejo, o município de Beja (9,9‰). Na Região Autónoma da Madeira, apenas o município de Câmara de Lobos (8,7‰), superou a taxa de natalidade do país. Pelo contrário, a natalidade tinha valores mais baixos num conjunto de 59 municípios, maioritariamente localizados no interior das regiões Norte e Centro.

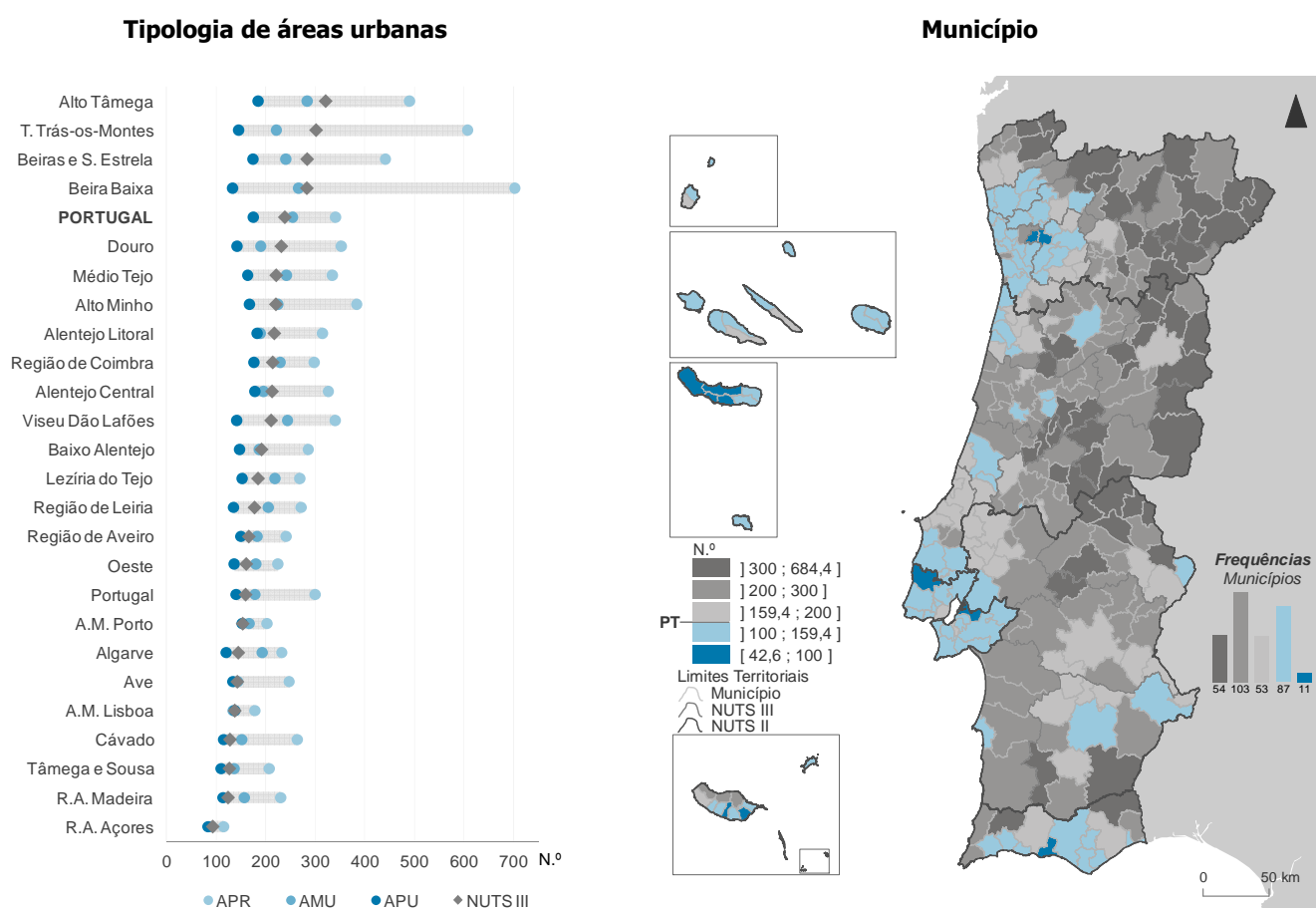
Figura 3: Taxa bruta de natalidade segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal, NUTS III e município, 2018



Fonte: INE, I.P., Indicadores demográficos.

A diferenciação do índice de envelhecimento registado em 2018 segundo a Tipologia de áreas urbanas para fins estatísticos revela que, em Portugal (159,4 idosos por cada 100 jovens), a população residente se encontrava mais envelhecida nas áreas predominantemente rurais (APR, 299,6), por comparação com as áreas predominantemente urbanas (APU, 140,0) e as áreas mediantemente urbanas (AMU, 178,2). Esta diferenciação da dinâmica do envelhecimento entre áreas urbanas e rurais, a favor das áreas urbanas, ocorreu em todas as regiões NUTS III, destacando-se o maior diferencial na sub-região da Beira-Baixa: 702,8 em APR vs. 132,8 em APU. A Área Metropolitana de Lisboa apresentou a particularidade das AMU (134,2) serem ligeiramente menos envelhecidas do que as APU (137,3).

Figura 4: Índice de envelhecimento segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal, NUTS III e município, 2018



Fonte: INE, I.P., Estimativas Provisórias Anuais da População Residente.

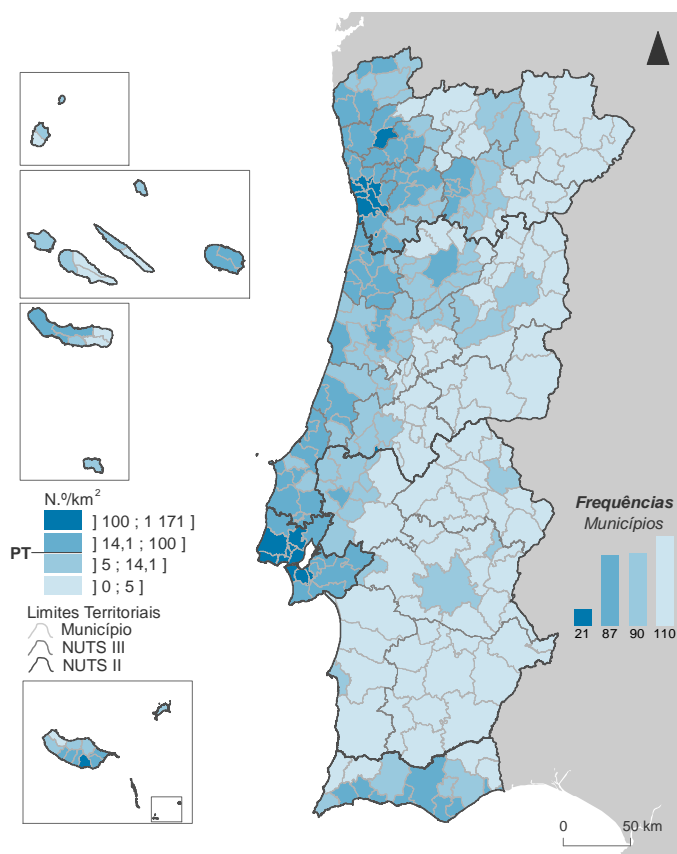
EMPRESAS E ESTABELECIMENTOS

Em 2017, existiam em Portugal 1 243 milhares de empresas com 1 297 milhares de estabelecimentos localizados no território nacional.

A análise do número de estabelecimentos por km² demonstra, no Continente, uma densidade mais intensa no Litoral, numa faixa de Caminha a Setúbal e, a Sul, de Lagos a Vila Real de Santo António. Na ilha da Madeira era visível um contraste entre os municípios do Sul e do Norte, com maior densidade de estabelecimentos a Sul. Na Região Autónoma dos Açores a densidade de estabelecimentos era superior à média nacional nos municípios da ilha de São Miguel: Ponta Delgada (34,8 estabelecimentos por km²), Lagoa (27,8) e Ribeira Grande (15,0); e da ilha Terceira: Angra do Heroísmo (19,3) e Vila Praia da Vitória (15,4).

Em 2017, dos 21 municípios que apresentaram maior densidade de estabelecimentos (mais de 100 estabelecimentos por km²), 18 situavam-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Nas restantes sub-regiões NUTS III, destacavam-se com mais de 100 estabelecimentos por km², os municípios do Funchal (184,5) na Região Autónoma da Madeira, do Entroncamento (142,1) no Médio Tejo e de Braga (120,0) no Cávado.

Figura 5: Densidade de estabelecimentos, Portugal e município, 2017

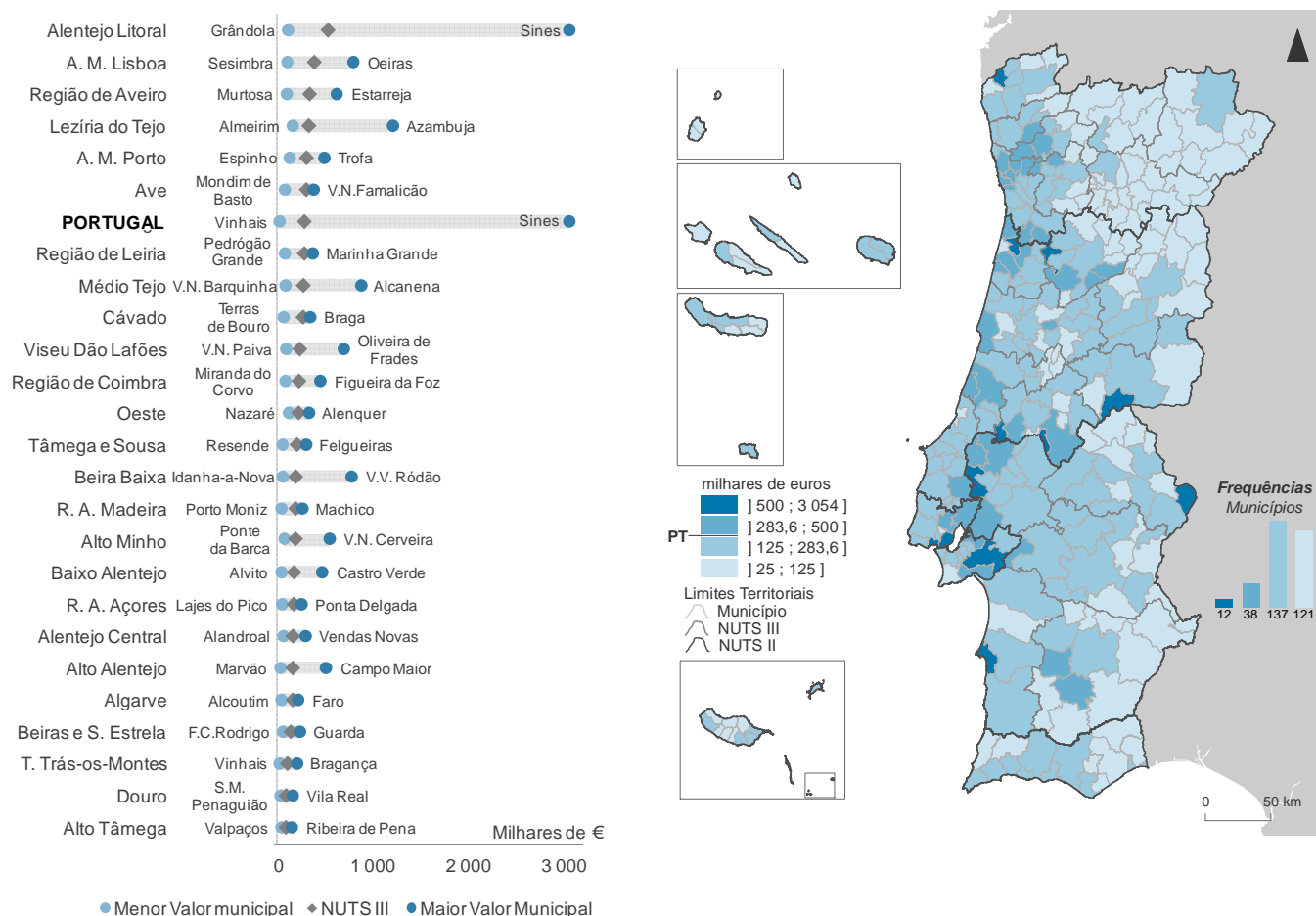


Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Em 2017, os estabelecimentos localizados em Portugal geraram um volume de negócios de 367,8 mil milhões de euros: em média, cada estabelecimento gerou cerca de 283,6 milhares de euros. Nesse ano, 50 dos 308 municípios do país registaram valores acima da referência nacional. Os valores médios mais elevados de volume de negócio por estabelecimento, superiores a 500 milhares de euros, verificaram-se nos municípios de Sines, Azambuja e Campo Maior (na região do Alentejo), Oeiras, Palmela e Lisboa (na Área Metropolitana de Lisboa), Alcanena, Vila Velha de Ródão, Oliveira de Frades, Estarreja e Constância (na região Centro) e no município de Vila Nova de Cerveira na região Norte.

A sub-região do Alentejo Litoral apresentou, em 2017, a maior assimetria entre municípios considerando o volume de negócios por estabelecimento: o menor valor registou-se em Grândola (113,6 milhares de euros) e o maior no município de Sines (3 053,8 milhares de euros).

Figura 6: Volume de negócios por estabelecimento, Portugal, NUTS III e município do estabelecimento, 2017



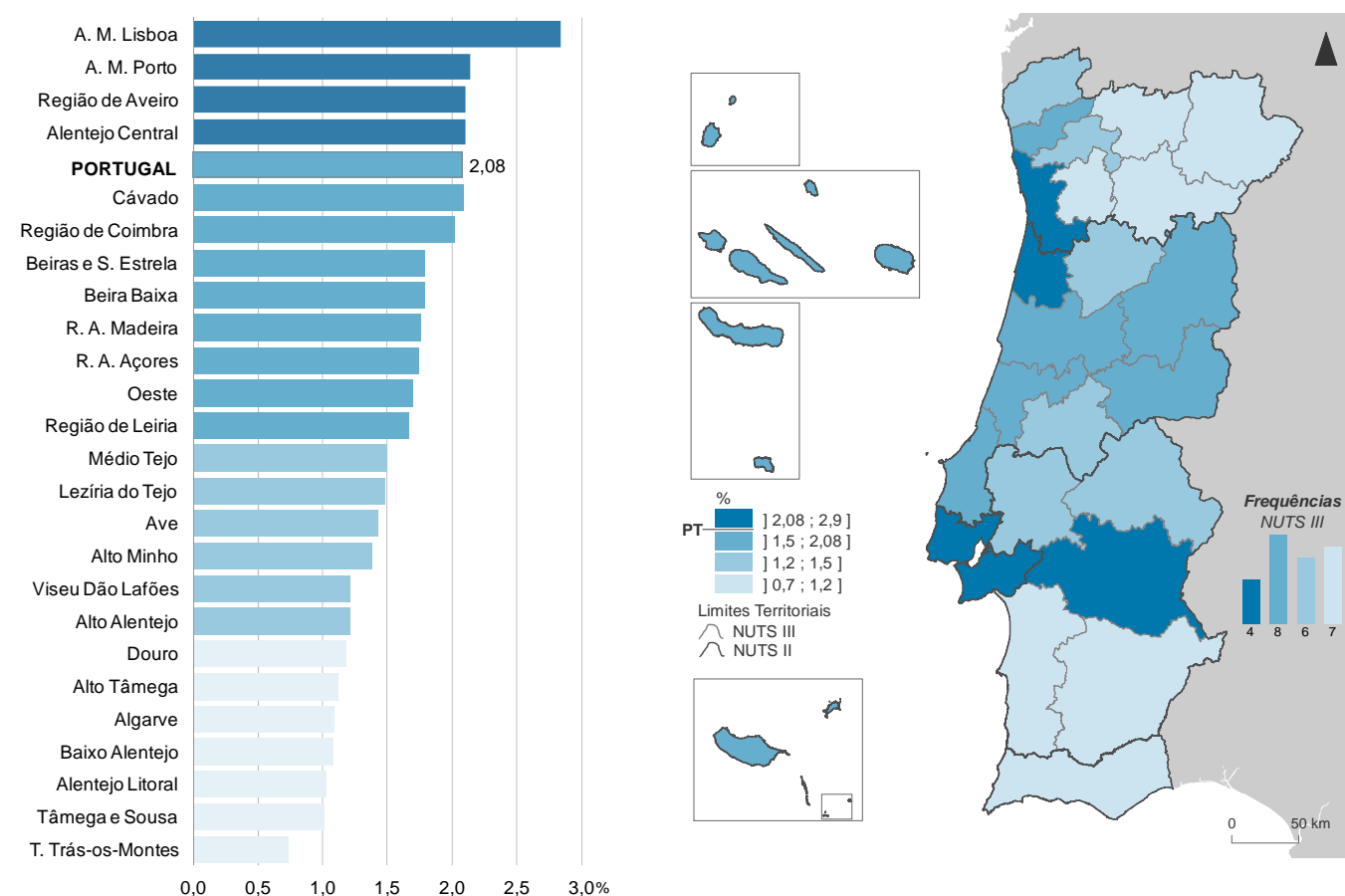
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Segundo a nomenclatura do Eurostat que classifica os setores de atividade de acordo com a intensidade tecnológica, em 2017, 11,15% do VAB das empresas era gerado por empresas dos setores de alta e média-alta tecnologia¹.

Em 2017, o número de empresas criadas nestes setores correspondiam apenas a 2,08% do total de nascimentos de empresas em Portugal. Ao nível das sub-regiões NUTS III, destacavam-se, com valores superiores à referência nacional, as áreas metropolitanas de Lisboa (2,84%) e do Porto (2,14%), a Região de Aveiro e o Alentejo Central (ambas com 2,10%). Por outro lado, em sete sub-regiões NUTS III da região Norte – Terras de Trás-os-Montes, Tâmega e Sousa, Alto Tâmega e Douro – e do sul do Continente – Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Algarve - a proporção de nascimentos de empresas nestes setores era inferior a 1,2%.

¹ Os setores de alta e média-alta tecnologia compreendem as empresas classificadas nas indústrias de alta tecnologia (divisões 21 e 26 e grupo 303 da CAE Rev.3), indústrias de média-alta tecnologia (divisões 20, 27, 28 e 29 e grupos 254, 302, 304, 309 e 325 da CAE Rev.3) e aos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 59, 60, 61, 62, 63, e 72 da CAE Rev.3).

Figura 7: Proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia, Portugal e NUTS III, 2017



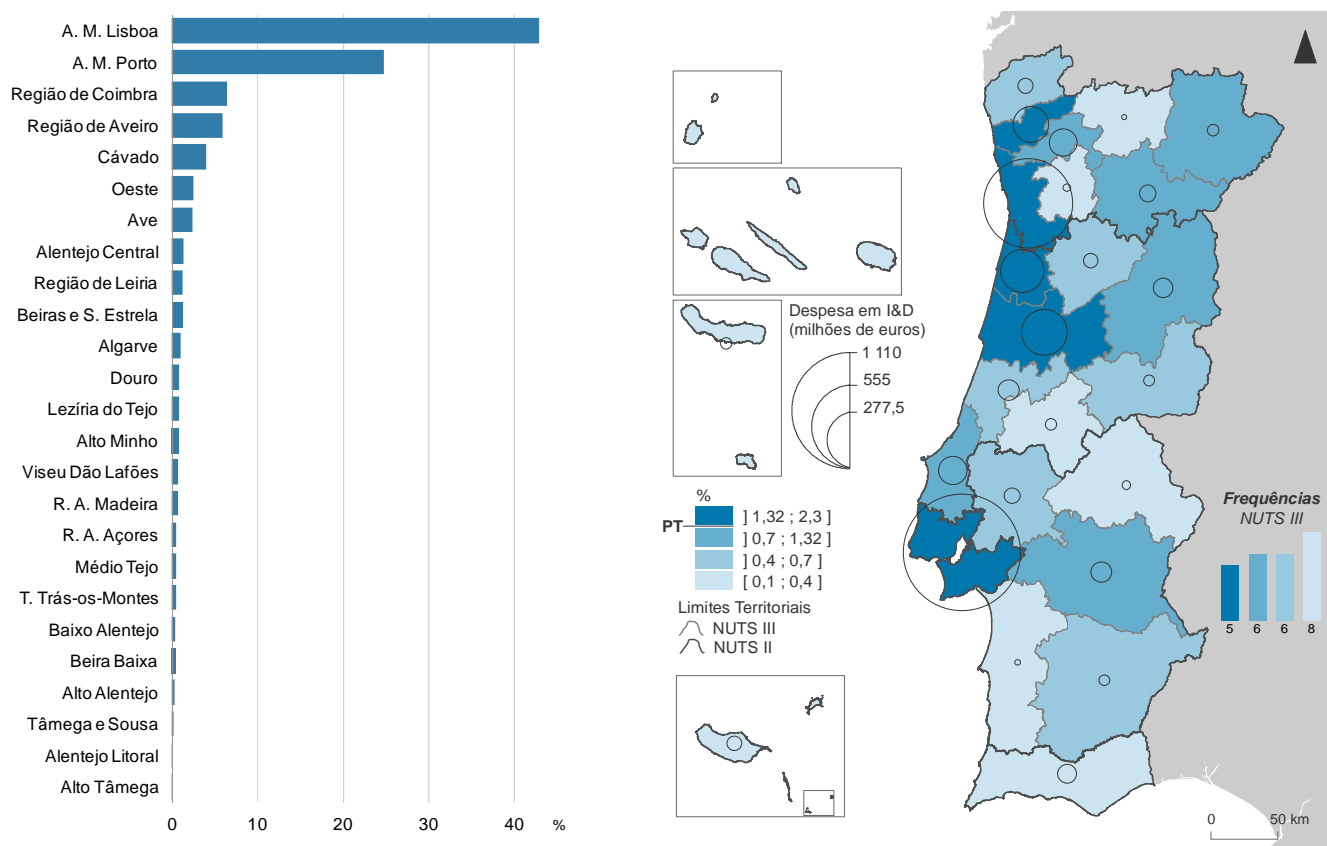
Fonte: INE, I.P., Demografia das empresas.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Em 2017, a despesa em I&D ao nível nacional foi cerca de 2 585 milhões de euros, mais 8,3% face ao ano anterior. As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto representaram, em conjunto, mais de dois terços (68%) do total da despesa em I&D em Portugal.

Em Portugal, a despesa em I&D foi equivalente a 1,32% do PIB. Em três das 25 sub-regiões NUTS III portuguesas esta proporção ultrapassava os 2%: Região de Aveiro (2,24%), Região de Coimbra (2,20%) e Área Metropolitana do Porto (2,04%). Para além destas sub-regiões, destacavam-se o Cávado (1,61%) e a Área Metropolitana de Lisboa (1,57%) também com valores acima da média nacional.

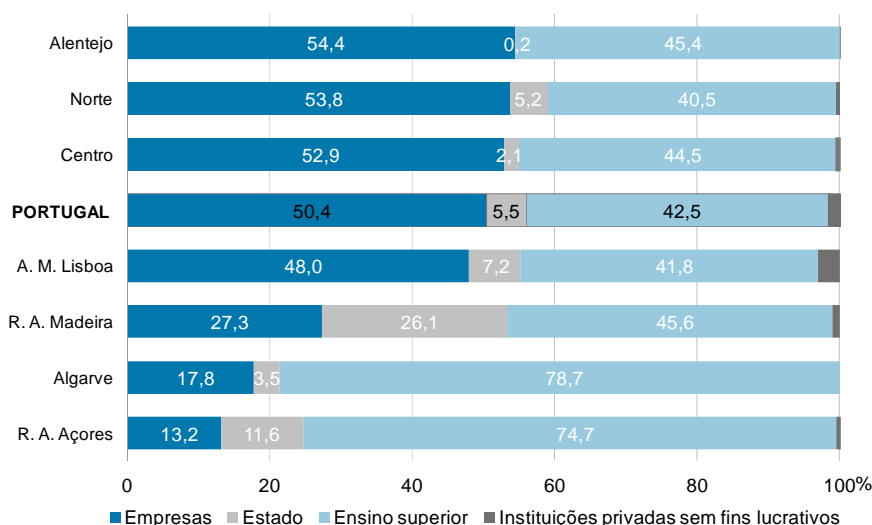
Figura 8: Contributo e valor da despesa em I&D e proporção da despesa em I&D no PIB, Portugal e NUTS III, 2017



Fonte: Ministério da Educação e Ciência – Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciências; INE, I.P., Contas Regionais (Base 2016).

Figura 9: Repartição da despesa em I&D por setor de execução, Portugal e NUTS II, 2017

No conjunto nacional, as empresas constituíam o setor de execução de despesa em I&D mais relevante: 50,4% do total da despesa. Ao nível regional, a despesa deste setor ultrapassa os 50% do total da despesa das unidades de investigação sediadas na região Alentejo (54,4%), no Norte (53,8%) e no Centro (52,9%).

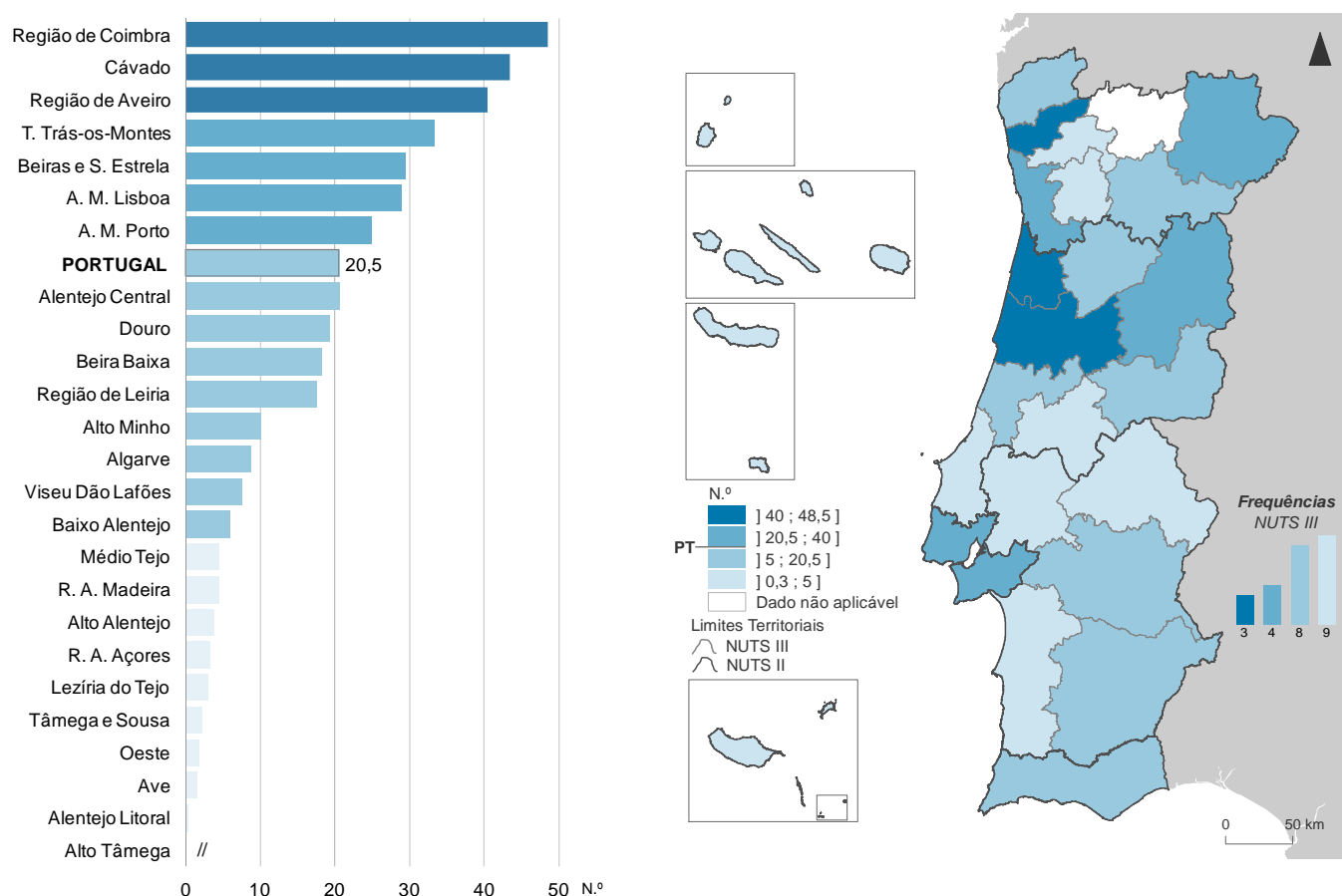


Fonte: Ministério da Educação e Ciência – Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciências

A repartição da despesa em I&D por setor de execução era distinta ao nível das regiões NUTS II do país. Salientava-se a importância que o Ensino Superior assumia no Algarve (78,7%) e nas regiões autónomas dos Açores (74,7%) e da Madeira (45,6%) e a importância que o Estado assumia na Região Autónoma da Madeira (26,1%).

No ano letivo 2017/2018, o número de diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas em Portugal foi de 20,5 por mil habitantes dos 20 aos 29 anos. Ao nível sub-regional, destacavam-se a Região de Coimbra (48,5), o Cávado (43,4) e a Região de Aveiro (40,4) com mais de 40 diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes. Para além destas sub-regiões salientavam-se, com valores acima da referência nacional, as sub-regiões de Terras de Trás-os-Montes (33,2), Beiras e Serra da Estrela (29,3) e as áreas metropolitanas de Lisboa (28,8) e do Porto (24,8).

Figura 10: Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes, Portugal e NUTS II, 2017/2018



Fonte: Ministério da Educação e Ciência – Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciências

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL

Em 2018, a receita das operações não financeiras² das câmaras municipais foi superior à despesa, registando um saldo positivo de cerca de 450 milhões de euros. Nesse ano, 44,1% da receita de operações não financeiras das câmaras municipais era proveniente de impostos³ e 25,1% de transferências recebidas do Estado através de fundos municipais. As regiões NUTS II que se destacaram por terem um peso mais significativo dos impostos no total da receita foram a Área Metropolitana de Lisboa (62,8%) e o Algarve (56,2%). Por outro lado, os fundos municipais representaram a maior parcela da receita das operações não financeiras na Região Autónoma dos Açores (51,1%), no Alentejo (46,1%) e no Centro (36,0%).

Em 2018, em 96 dos 308 municípios, a receita própria⁴ representava mais de metade da receita total das operações não financeiras. As câmaras municipais que apresentaram um maior peso da receita própria no total de receita evidenciando, assim, um menor grau de dependência financeira foram Lisboa (94,3%), Lagoa (90,4%) e Albufeira (90,0%).

A análise por município permite destacar o Litoral do Continente com proporções mais elevadas neste indicador que evidencia nomeadamente os dois territórios metropolitanos centrados em Lisboa e no Porto, e a maioria dos municípios da região do Algarve. Na Área Metropolitana de Lisboa destaca-se o facto da receita própria representar mais de 50% da receita total das operações não financeiras em todos os municípios.

Na Região Autónoma da Madeira destacavam-se, com maior autonomia financeira, as câmaras municipais do Funchal (77,8%), Santa Cruz (72,1%) e Porto Santo (70,4%). Na Região Autónoma dos Açores apenas no município de Ponta Delgada a receita própria representava mais de metade do valor total da receita (55,6%).

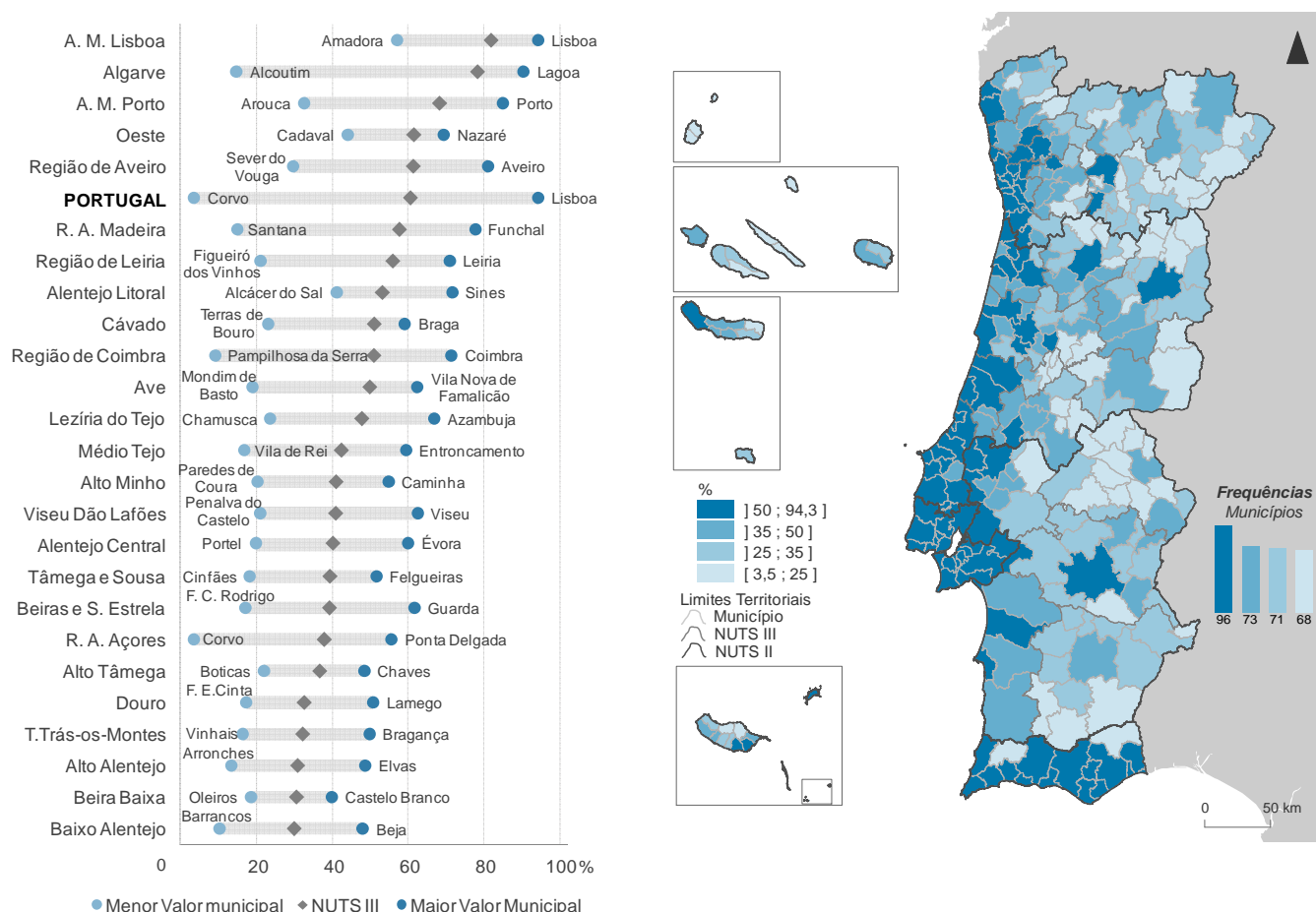
O Algarve foi a sub-região que, em 2018, apresentou a maior assimetria entre municípios considerando o peso da receita própria no total de receitas das operações não financeiras das câmaras municipais: o menor valor registou-se no município de Alcoutim (14,7%) e o maior em Lagoa (90,4%).

² A receita das operações não financeiras corresponde às receitas que alteram definitivamente o património financeiro líquido, correspondendo à soma dos capítulos da classificação económica da receita orçamental, com exclusão dos ativos financeiros e dos passivos financeiros.

³ Para o cálculo deste indicador foram considerados os seguintes impostos: Imposto Único de Circulação (IUC), Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI), Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Derrama.

⁴ A receita própria engloba a receita proveniente de impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, vendas de bens e serviços correntes, outras receitas correntes, vendas de bens de investimento, ativos financeiros, outras receitas de capital e reposições não abatidas nos pagamentos.

Figura 11: Receita própria no total de receita das câmaras municipais, Portugal, NUTS III e município, 2018

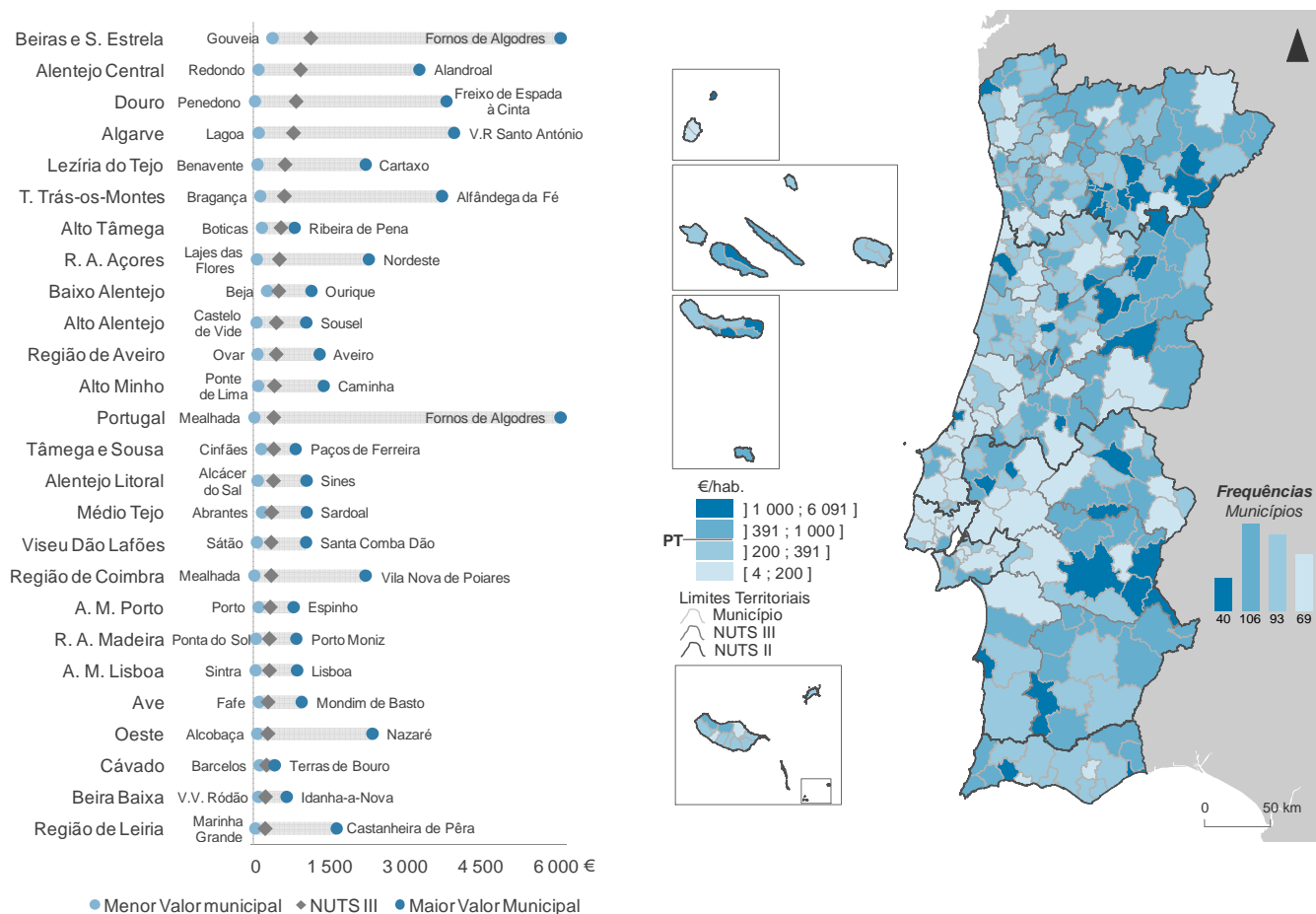


Fonte: Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública – Direção-Geral das Autarquias Locais (SIIAL).

A dívida a terceiros das câmaras municipais, em 2018, foi cerca de 4 017 milhões de euros, o que se traduziu num valor médio de 391 euros por habitante. A análise sub-regional mostra que em 13 das 25 NUTS III a dívida por habitante registou valores inferiores à média nacional, destacando-se, com valores inferiores a 250 euros por habitante, a Região de Leiria (217 euros por habitante), a Beira Baixa (227) e o Cávado (243). Nas sub-regiões Beiras e Serra da Estrela (1 127), do Alentejo Central (924), do Douro (833) e do Algarve (782) o valor da dívida por habitante mais do que duplicava o valor médio nacional.

Ao nível municipal, em 146 dos 308 municípios, a dívida por habitante foi superior à média nacional. Os valores mais elevados deste indicador registaram-se maioritariamente em municípios do Interior do Continente. A sub-região Beiras e Serra da Estrela apresentaram, em 2018, a maior assimetria entre municípios considerando a dívida por habitante: o menor valor foi no município de Gouveia (364 euros por habitante) e o maior em Fornos de Algodres (6 091 euros por habitante).

Figura 12: Dívida por habitante das câmaras municipais, Portugal, NUTS III e município, 2018



Fonte: Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública – Direção-Geral das Autarquias Locais (SIIAL).

>> NOTA TÉCNICA

A informação dos Anuários Estatísticos Regionais é disponibilizada através de sete publicações autónomas correspondentes a cada região NUTS II: Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

As publicações disponibilizam mais de 240 quadros, organizados em quatro capítulos – *O Território, A Atividade Económica, As Pessoas e O Estado* – que abrangem 27 subcapítulos relativos às diversas áreas temáticas. No início de cada subcapítulo é apresentado um conjunto de indicadores de síntese para uma comparação mais imediata do posicionamento das diferentes unidades territoriais no contexto dos fenómenos retratados. Os quadros de informação são apresentados em português e inglês, disponibilizando hiperligações para os indicadores da Base de Dados on-line do Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt), permitindo o acesso à série retrospectiva dos dados e a outra informação complementar, incluindo metainformação. Em [Dossiês temáticos – Municípios](#) apresenta-se um conjunto de ficheiros XLSX e CSV que contém a informação integrada dos quadros publicados para as sete regiões.

A edição de 2019 dos Anuários Estatísticos Regionais baseia-se na Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2013). As NUTS 2013 portuguesas foram estabelecidas pelo Regulamento Europeu n.º 868/2014 e a sua aplicação no Sistema Estatístico Europeu e Nacional iniciou-se a 1 de janeiro de 2015. Para a estruturação da informação de acordo com a intensidade de urbanização adotou-se a TIPAU 2014 que constitui uma classificação tripartida e exaustiva das freguesias do território nacional em três categorias: Área predominantemente urbana (APU), Área mediantemente urbana (AMU) e Área predominantemente rural (APR). A divisão ao nível do município – unidade de referência para a maioria da informação disponibilizada – considera o Código da Divisão Administrativa do Sistema Estatístico Nacional (SEN) e a delimitação das circunscrições administrativas do País de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), produzida pela Direção Geral do Território (DGT).

Uma vez que a informação disponibilizada nos Anuários Estatísticos Regionais decorre de um vasto leque de operações estatísticas e fontes administrativas, o período de referência não é homogéneo ao longo de toda a publicação. Contudo, o período de referência dos indicadores apresentados é, na sua maioria, referente ao ano de 2018.

Anuários Estatísticos Regionais 2018

Anuário Estatístico da região Norte [[link](#)]

Anuário Estatístico da região Centro [[link](#)]

Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa [[link](#)]

Anuário Estatístico da região Alentejo [[link](#)]

Anuário Estatístico da região Algarve [[link](#)]

